

<p>Funções Desempenhadas</p>	<p>Finanças, DR – Série II, n.º 19, de 23 de Janeiro de 2003.</p> <p>Neste cargo foi responsável pelas áreas da:</p> <p style="padding-left: 40px;">Representação da Fazenda Pública</p> <p style="padding-left: 40px;">Divisão de Justiça Contenciosa</p> <p style="padding-left: 40px;">Divisão de Justiça Administrativa</p> <p style="padding-left: 40px;">Divisão de Processos Criminais Fiscais</p>
<p>Outros Cargos ou Funções</p>	<p>2016</p> <p>Vogal do júri para recrutamento de Dirigentes para A secção de Processos Executivos do Instituto de gestão de Financeira da Segurança Social de Porto II e Vila Real, conforme Avisos n.º 3128/2016 e 3129/2016, publicados no Diário da república n.º 47, de 8 de Março de 2016.</p> <p>Membro do Grupo de trabalho para o estudo da política fiscal, competitividade, eficiência e justiça do sistema fiscal, Despacho n.º 2052/2009 - DR - Série II, n.º 10, de 15 de Janeiro de 2009.</p> <p>2009/2011</p> <p>Membro do júri para recrutamento de magistrados para os tribunais Administrativos e Fiscais, via profissionalizante, nos termos da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro.</p> <p>Em 2007 e 2008, foi Presidente do Júri do Concurso de Estágio para ingresso de 100 Inspectores Tributários da área de Direito no mapa de Pessoal da DGCI. E em 2008 foi vogal do júri dos concursos para recrutamento de dois Chefes de Divisão da Direcção de Finanças de Santarém.</p> <p>Foi Presidente do Júri do Concurso de Estágio para ingresso de 100 Inspectores Tributários no mapa de Pessoal da DGCI. (Concurso de Estágio de Inspectores Tributários Estagiários (área de Direito)) – Aviso (extracto) n.º 10386/2006, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 184, de 22 de Setembro de 2006.</p>

Outros Cargos ou Funções

Representante do Ministério das Finanças na AUDITRE – Unidade de Auditoria para a Reestruturação Empresarial, desde 15.09.1999 a 31.12.2001 – Despacho n.º 348/99-XIII, de 14 de Setembro de 1999 e Despacho n.º 7344/2000, do Ministro das Finanças, DR – Série II, n.º 81, de 5 de Abril de 2000.

Representante da DGCI na Comissão de Revisão do Anteprojecto do Regime Jurídico Geral das Infracções Tributárias, Despacho n.º 16 294/99, do Ministro das Finanças – DR – Série II, n.º 196, de 23 de Agosto de 1999.

Substituto do Representante do Ministério das Finanças na CTSG – Comissão Técnica do Sistema de Garantias, prevista no Decreto-Lei n.º 127/96, de 10 de Agosto – Despacho n.º 6499/98, DR – Série II, n.º 93, de 21 de Abril de 1998.

Membro do Grupo de Trabalho para a Reforma da Administração Tributária, Despacho n.º 6378/XII, do Ministro das Finanças, DR – Série II, n.º 193, de 22 de Agosto de 1997.

Membro da Comissão de Análise dos Processos de Recuperação dos Créditos, Despacho n.º 136/97-XIII, do Ministro das Finanças, DR- Série II, n.º 89, de 16 de Abril de 1997.

Adjunto do Representante do Ministério das Finanças no GACRE - Gabinete de Coordenação para a Recuperação de Empresas, Despacho nº 565/96-XIII, do Senhor Ministro das Finanças - DR - Série II, n.º 8, de 10 de Janeiro de 1997.

De 1996 a 2001 participou com as Direcções de Serviços de Informática e posteriormente com a DGITA, em

<p>Outros Cargos ou Funções</p>	<p>projectos para informatização da Justiça Tributária, tendo colaborado na qualidade de utilizador, em representação da Direcção de Serviços da Justiça Tributária nas análises funcionais dos subsistemas: “Medidas excepcionais de regularização de dívidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96”, “Das Execuções Fiscais”, “Do Contencioso Tributário” e “Das infrações Fiscais”.</p> <p>Membro do Grupo de trabalho para a Reforma da Administração Tributária, Despacho n.º 6378/97, DR - Série II, n.º 193, de 22 de Agosto de 1997.</p>
<p>Formação Académica</p>	
<p>Datas</p> <p>Designação da qualificação</p> <p>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</p> <p>Datas</p> <p>Designação da qualificação</p> <p>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</p> <p>Datas</p> <p>Designação da qualificação</p> <p>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</p>	<p>29.11.2013</p> <p>Especialista em Direito Fiscal e Fiscalidade</p> <p>Título conferido pelos Institutos Politécnicos de Lisboa, Leiria e Setúbal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto (Provas públicas).</p> <p>2010/2011</p> <p>Mestrando em Fiscalidade</p> <p>ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa</p> <p>1998</p> <p>Pós-Graduação em Gestão Empresarial</p> <p>INDEG/ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa</p>

Datas	1991
Designação da qualificação	Licenciatura em Direito
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa
Formação Complementar e outros	
Formação na DGCI/AT	<p>Formação inicial na DGCI na área do Direito Fiscal – 200 horas.</p> <p>Curso de Preparação Pedagógica para Formadores – 60 horas.</p> <p>Fiscalidade e Formação (inclui formação para dirigentes) – 283 horas.</p> <p>SAD - Seminário de Alta Direcção – 30 horas.</p>
Outras Entidades	<p>Participação como orador no XIX Encontro Nacional da APAJ – Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais que se realizou no Porto em 20 e 21 de Janeiro de 2017, tendo intervindo no Painel VI – A Responsabilidade Fiscal dos Administradores Judiciais/A circular n.º 10/2015 e a sua (in)aplicabilidade e/ou prática.</p> <p>Participação como orador nas VI Jornadas Nacionais IAD (Instituto do Acesso ao Direito/Ordem dos Advogados), sobre o tema “Os Meios de Defesa do Contribuinte à Luz do Código de Procedimento e Processo Tributário”, em 4 de Junho de 2016.</p> <p>Participação como orador nas Jornadas de Contabilidade e Diversidade, sobre o tema “As Empresas e a Idoneidade do Comportamento Fiscal dos seus Administradores e Gerentes”, na Universidade Lusófona, em 24 de Maio de 2016.</p> <p>Participação como orador nas Jornadas de Estudo 2016, sobre o tema “Execuções Administrativas”, na Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, em 29 de Abril</p>

Outras Entidades

de 2016.

Participação como orador na I Conferência Internacional para a Cidadania e Educação Fiscal, sobre o tema “Os Impostos e a Administração Fiscal”, organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados e outros no Centro de Congressos de Lisboa, em 23 de Novembro de 2015.

Conferência: Justiça Tributária em Tempo de Combate à Fraude e Evasão Fiscal, em Lisboa, 23 de Junho de 2015 (orador).

Conferências sobre “As garantias dos Contribuintes”, organizadas pela OCC, realizadas nos dias 23 (Setúbal), 26 (Lisboa), 27 (Leiria) e 28 (Lisboa) de Outubro, abrangendo cerca de 4 500 participantes (orador).

Diversas acções de Formação para o Ministério das Finanças e do Planeamento de Cabo Verde referentes ao Código Geral Tributário, Código de Processo Tributário, Código das Execuções Tributárias, Regime Jurídico das Infracções Tributárias não Aduaneira e Regime da Inspeção Tributária.

Conferência: Fiscalidade e Competitividade Regional, Região Autónoma da Madeira, 30 de Abril de 2015 (orador).

VI Congresso dos Solicitadores, 18 de Outubro de 2014 (orador).

Conferência: Relações Fisco Contribuinte, Uma visão dos Tribunais, da Academia e da Administração Fiscal, nas Comemorações do 10.º aniversário do Tribunal Central

<p>Outras Entidades</p>	<p>Administrativo Sul – Área Tributária, 25 de Março 2014 (orador).</p> <p>I Congresso Internacional sobre IVA, realizado no Centro Cultural de Belém, em 17 de Setembro de 2013 (orador).</p> <p>Workshop "A Fiscalidade da Insolvência", Faculdade de Direito - Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, 15 de Março de 2012 (orador).</p> <p>Colóquio, A Justiça Fiscal Hoje, “Velhos problemas, novos desafios”, Auditório Cardeal Medeiros da Universidade Católica Portuguesa, 30 de Abril de 2010 (orador).</p> <p>Presença no Seminário – Medidas de Eliminação e Simplificação Administrativa na área da Justiça, realizado na ESCE – Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, em 2 de Março de 2006.</p> <p>Curso UCLEFA – Técnicas de Investigação Criminal, realizado entre 8 a 11 de Março de 1999, no Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais.</p> <p>Presença em Seminário sobre “Os Crimes Contra a Segurança Social”, em Lisboa, organizado pela Segurança Social, Centro de Estudos Judiciários, Polícia Judiciária e DGCI, em 27 e 28 de Outubro de 1997.</p> <p>Membro do Júri - Arguente - Dissertações submetida ao Instituto Politécnico de TOMAR (Escola Superior de Gestão) para obtenção do grau de Mestre em Auditoria e Análise Financeira, tema: “Principais Determinantes do Contencioso Tributário – Da Teoria a um Estudo de Caso”,</p>
-------------------------	--

Outras Entidades

2016.

Membro do Júri - Arguente - Dissertações submetidas ao ISCAL para obtenção do grau de Mestre em Fiscalidade (IVA - Isenções Concedidas a Organismos sem Finalidade Lucrativa - Um Presente Envenenado?); (Planeamento Fiscal Abusivo: Do Dever de Comunicação por Parte das Entidades Promotoras e as Normas Antiabuso); (Educação Fiscal – Um contributo para uma Política de Cidadania Fiscal); (Centro Internacional de Negócios da Madeira – Objectivos e características fundamentais); Custos de Cumprimento dos Impostos sobre Imóveis); (Um imposto sobre o valor acrescentado para a Guiné-Bissau); Arbitragem Tributária e Fiscalização da Constitucionalidade das Normas Consagradoras de Benefícios Fiscais, 2016.

Membro do Júri - Arguente - Dissertações submetidas ao ISCAL para obtenção do grau de Mestre em Fiscalidade (A Adaptação do IVA à Realidade Cabo-Verdiana) e (Tributação de Manifestações de Fortuna e Outros Acréscimos Patrimoniais não Justificados), 2015.

Membro do Júri - Arguente - Dissertações submetidas ao ISCAL para obtenção do grau de Mestre em Fiscalidade (O Regime de Contabilidade de Caixa e o Ciclo de Caixa das Empresas) e (IVA nas Autarquias - Enquadramento da Gestão de Parques de Estacionamento), 2015.

Membro do Júri - Arguente - Dissertações submetidas ao ISCAL para obtenção do grau de Mestre em Fiscalidade (A Aplicação do Imposto sobre o Valor Acrescentado nas Autarquias Locais) e (Valor do Imposto e Presunções na determinação da matéria tributável. As particularidades da avaliação indireta), 2014.

Informação adicional	
<p>Áreas em que leciona Formação</p>	<p>É professor no ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, desde 2010.</p> <p>É formador profissional certificado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, Certificado n.º EDF 13561/2000.</p> <p>Integra a bolsa de formadores do Centro de Formação da DGCI (atual AT), desde 1995, tendo já realizado inúmeras acções de formação (+ de 3 800 horas de formação ministradas).</p> <p>Integra a bolsa de formadores do INA - Instituto Nacional de Administração Pública (atual Direcção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas), desde 2001, tendo lecionado 1135 horas de formação.</p> <p>É Formador na área do Contencioso Tributário em diversas entidades públicas e privadas (Mestrados, Pós-Graduações, Cursos de especialização, etc).</p> <p>Código de Procedimento e de Processo Tributário Regime Geral das Infracções Tributárias Regime Jurídico das Contra-ordenações Lei Geral Tributária Regime Jurídico do Processo de execução Fiscal Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira Direito Tributário Fiscalidade Código de Processo Civil Código de Insolvências e Recuperação de Empresas</p> <p>Em concurso público para recrutamento de Director-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Procedimento</p>

<p>Outros Aspetos</p>	<p>Concursal n.º 627-CRESAP-30-03/15, de entre trinta e um candidatos admitidos ao concurso foi incluído na shortlist (três candidatos) – Proposta de Designação, conforme deliberação do júri, nos termos do n.º 6 do art.º 19.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, datada de 19 de Janeiro de 2016.</p> <p>Em concurso documental para recrutamento de dois Professores adjuntos na área disciplinar de Direito, subárea de Direito Fiscal e Fiscalidade, realizado no IPL (Instituto Politécnico de Lisboa) ficou posicionado em primeiro lugar (cinco candidatos).</p> <p>Louvor atribuído pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais – Paulo de Faria Lince Nuncio – Despacho n.º 5111/2012, DR – Série II, n.º 74, de 13 de Abril de 2012.</p> <p>Louvor n.º 451/2011, atribuído pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais – Sérgio Trigo Tavares Vasques – DR, Série II, n.º 122, de 28 de Junho de 2011.</p> <p>Louvor n.º 788/2009, atribuído pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais – Carlos Manuel Baptista Lobo – DR, Série II, n.º 208, de 27 de Outubro de 2009.</p> <p>Louvor atribuído pelo Comandante do Regimento de Comandos (RCMDS), em 12 de Dezembro de 1984.</p>
<p>Textos, Manuais e Livros publicados</p>	
	<p>A Penhora da Casa de Morada de Família – Boletim do Contribuinte – Julho, 2.ª quinzena, Ano 85, 2017 , n.º 1</p> <p>A Boa Administração e o novo Código do Procedimento Administrativo – Manual elaborado para a OCC, em Dezembro de 2016.</p>

<p>Textos, Manuais e Livros publicados</p>	<p>As Garantias dos Contribuintes – artigo escrito para publicação na Revista do mês de Setembro/Outubro da APOTEC - Jornal de Contabilidade, Ano XL n.º 452</p> <p>As Garantias dos Contribuintes - Manual elaborado para a OCC em Outubro de 2015 e actualizado em Abril de 2016.</p> <p>Manual sobre o Código das Execuções Tributárias de Cabo Verde, Junho de 2015</p> <p>Procedimento e Processo Tributário - Uma perspectiva prática, co-autor, Editora Almedina, Abril 2015.</p> <p>Na DSF – Direcção de Serviços de Formação da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, autor de cursos em e-learning – Curso sobre a Reversão do Processo de Execução Fiscal e Curso sobre a Derrogação de Sigilo Bancário, respectivamente, em 2013 e 2014.</p> <p>O Processo de Execução Fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social – Manual elaborado para a OCC em Setembro de 2014 e actualizado em Setembro de 2015 e Julho de 2016.</p> <p>O Processo de Contra-ordenação Tributário - Manual elaborado para a OCC, em Maio de 2014 e actualizado em Março de 2015 e Abril de 2016.</p> <p>Elaboração do projecto do Regime Jurídico das Infracções Tributárias não Aduaneiras para Cabo Verde, em Abril de 2014, e publicado em B.O, n.º 64, da República de Cabo Verde, em 29 de Outubro de 2014.</p> <p>Prazo de caducidade versus segurança jurídica, artigo publicado na revista da OTOC, dos meses de Fevereiro e de Março de 2013.</p> <p>O Regime Jurídico da Citação em Processo de Execução</p>
--	--

<p>Textos, Manuais e Livros publicados</p>	<p>Fiscal, artigo incluído num Livro de homenagem ao Professor Alberto Xavier, Volume I, Almedina, 2013.</p> <p>As Garantias Processuais dos Contribuintes, constitui o Capítulo XII de um Livro sobre Fiscalidade, capítulo do Livro – Lições de fiscalidade, Edição Almedina – 2012, 20123, 2014.</p> <p>As Infracções Fiscais - Manual elaborado para a OTOC em 2012.</p> <p>Outros manuais da área da Justiça Tributária destinados aos funcionários da DGCI.</p> <p>O Contencioso Tributário – Manual elaborado para a OCC em Setembro de 2011 e actualizado em Setembro de 2015 e Julho de 2016.</p> <p>O Código Fiscal do Investimento, Manual elaborado para a OTOC em 2010 e actualizado em 2013.</p> <p>A prestação de garantia no Processo de Execução Fiscal, Revista da OTOC, n.º 142, Janeiro 2012.</p> <p>O Processo de Contra-ordenação Fiscal – Manual integrado no site do Centro de Formação da DGCI.</p> <p>As Providências Cautelares e outras Garantias dos Créditos do Estado – Manual publicado pela DGCI, em 2007.</p> <p>O Processo de Execução Fiscal no CPPT – Manual utilizado em acções de formação do INA.</p> <p>Manual de Procedimento e de Processo Tributário, co-autoria, Edição da DGCI, 2008 - ISBN 978-972-9377.41.9</p> <p>Manual de Procedimento e de Processo Tributário, co-autoria, Edição da AGT – Administração Geral Tributária, Instituto de Formação Tributária, 2002.</p>
--	---

	As Garantias dos Contribuintes, artigo publicado na revista "EUROCONTAS" - Mensário de Fiscalidade, Contabilidade e Gestão - ANO II - Julho/96 – n.º 19, págs.10 a 16.
--	--

Lisboa, 17 de Outubro de 2017.

Jesuíno Alcântara Martins
